



PARTE D

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extrato) n.º 6324/2017

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 26 de maio de 2017, foi renovada a comissão de serviço para o exercício de funções como Assessora no Supremo Tribunal de Justiça, da Exma. Juíza de Direito Dra. Carla Maria Matias Cardador, por um ano, com efeitos a 1 de junho de 2017.

28 de junho de 2017. — O Juiz-Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco*.

310604725

Despacho (extrato) n.º 6325/2017

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 28 de junho de 2017, foram nomeados juizes de direito, com efeitos a partir de 16 de julho de 2017, nos termos do disposto no artigo 72.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, os seguintes juizes de direito em regime de estágio que irão ser colocados no âmbito do movimento judicial ordinário de 2017:

Rui Paulo Rodrigues Santos
Henrique António Gonçalves Candeias de Guerra Maio

Ana Gabriela Ferreira Rocha
Carla dos Santos Pimenta Pereira
Paulo Alexandre Gaspar Gomes Cardoso Lopes
João Guilherme Martelo de Almeida
Filipa Vaz da Fonseca
Maria da Assunção Morais Trigo
Maria Beatriz de Castro Tavares Monteiro Pacheco
Maria Inês Cunha Oliveira Silva
Catarina Maria Borges Costa de Brandão Proença
Eva Josefina Calvete Tomé
Maria Teresa Barros Ferreira
Violeta Sofia Pereira Martins
Cláudia Susana Fialho Bichinho Ventura
Luís Filipe Guerra de Oliveira Rodeiro
Carlos Manuel Dias dos Santos
António Marcos Ferreira Calado

(Posse no dia 04 de setembro de 2017, pelas 15.30 horas, nas instalações do Supremo Tribunal de Justiça.)

28 de junho de 2017. — O Juiz-Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco*.

310605495



PARTE E

ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

Aviso n.º 8137/2017

Notificação de despacho de acusação

Armando P. Marques, Presidente do Conselho Disciplinar da Ordem dos Contabilistas Certificados

Notifica, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 100.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, ora designado por

EOCC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro, e pela Lei n.º 139/2015 de 07 de setembro e por aplicação subsidiária do artigo 214.º, n.º 2 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aplicável por força da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do preâmbulo da Lei n.º 139/2015, de 07 de setembro, de que foi deduzido despacho de acusação contra membros, cujos dados infra indicamos na seguinte ordem:

Cédula profissional	Nome do contabilista certificado	N.º processo disciplinar	Data do despacho de acusação
77047	Maria de Lurdes Oliveira dos Santos Ramos	PDQ-354/15	2016/10/20
22680	Artur Pólvora Teixeira	PDQ-2339/16	2017/01/24
22183	Maria da Graça Terra Fagundes	PD-672/16	2017/04/12
75746	Susana Cristina Alves de Abreu	PDQ-510/16	2016/10/31
26236	Ana Cristina de Sousa Evangelista	PDQ-2355/16	2017/05/10
81794	Cristina Sofia Rosa da Mota Mendes Além	PD-1146/16	2017/03/27
9483	Sandra Cristina Vieira e Cunha	PDQ-2298/16	2017/01/24
30315	Luís Miguel da Cunha Lança Silva	PDQ-2370/16	2017/01/25
28939	Carlos Alberto Franco Beja	PD-11/17	2017/05/10
13499	Francisco Lameirão Pinto	PDQ-2307/16	2017/05/09

Ficam ainda notificados que, ao abrigo do disposto no artigo 214.º, n.º 2 da LGTFP, poderão, querendo, apresentar a sua defesa no prazo de 30 dias úteis, a contar da data da publicação, podendo nesse mesmo prazo, consultar o processo, apresentar rol de testemunhas, juntar documentos e requerer as diligências probatórias que se revelem pertinentes.

12 de julho de 2017. — O Presidente do Conselho Disciplinar, *Armando P. Marques*.

310632532

UNIVERSIDADE ABERTA

Despacho n.º 6326/2017

Durante a minha ausência da Universidade Aberta, de 30 de junho a 6 de julho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 37.º dos Estatutos da Universidade Aberta, homologados pelo Despacho Normativo n.º 65-B/2008, de 12 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 22 de dezembro de 2008, e alterados pelo Despacho Normativo n.º 11/2015, e em conformidade com o disposto no artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado